



## O DIREITO AO ESPORTE NO DISTRITO FEDERAL: ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO

Fernando Henrique Silva Carneiro

Fernando Mascarenhas

### RESUMO

*Esta pesquisa teve como objetivo, compreender o direcionamento da política esportiva do Distrito Federal, a partir das diferentes dimensões do esporte, tendo em vista o planejamento e o gasto com esporte no período 2008-2011, analisando a possibilidade de sua efetivação como direito social. Ela se caracteriza como qualitativa, sendo um estudo de caso. Como técnica de coleta de dados foi utilizada pesquisa documental, em que foram analisados: o PPA – 2008/2011 e o detalhamento de despesas com esporte. Com o estudo foram percebidos limites e possibilidades na concretização da política esportiva do Distrito Federal.*

*PALAVRAS-CHAVE: Política esportiva; direito social; planejamento e gasto.*

### INTRODUÇÃO

No desenvolvimento de políticas públicas, nem sempre há relação entre aquilo que é planejado e o que é executado, haja visto que a realidade é dinâmica e pode trazer novos elementos. Uma maneira interessante de perceber o que foi realizado é verificar o que foi gasto, pois se não houve gasto com determinada ação (programa/projeto), logo não houve sua execução.

Nesta direção, pode ser que no meio do percurso haja redirecionamento do plano traçado a partir de novas bases. A política esportiva não está de fora deste contexto, ou seja, em um período pode apontar elementos de ruptura e/ou de continuidade. Procuraremos entender estas questões em uma realidade específica, a do Distrito Federal, pois está no centro das decisões políticas brasileiras e por ter atualmente como governador um dos ex-ministros do esporte. Entretanto, olharemos para política esportiva do Distrito Federal, no período 2008-2011, pois é o último ciclo completo de um Plano Plurianual (PPA).

Alguns questionamentos nos parecerem importantes no estudo proposto: o que foi planejado e o que foi executado na política de esporte no período 2008-2011? Qual o direcionamento da política esportiva no Distrito Federal, há priorização de alguma das dimensões do esporte? O direito ao esporte, tem se efetivado na política esportiva desenvolvida pelo Distrito Federal?

Assim, buscando responder a estas perguntas, temos como objetivo principal, compreender o direcionamento da política esportiva do Distrito Federal, a partir das diferentes

dimensões do esporte, tendo em vista o planejamento e o gasto com esporte no período 2008-2011, analisando a possibilidade de sua efetivação como direito social.

## DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este estudo se configura como uma pesquisa qualitativa sobre a política de esporte no Distrito Federal, se enquadrando enquanto um estudo de caso, vez que terá um determinado elemento da realidade a ser estudado profundamente (TRIVIÑOS, 1987). Teremos como unidade de análise a Secretaria de Esporte do Distrito Federal, por ser o principal órgão que implementa a política esportiva nesta localidade.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado pesquisa documental. Os documentos analisados foram: o PPA – 2008/2011 e suas alterações, para apresentar o que foi planejado para a política esportiva no quadriênio supracitado; e o detalhamento de despesas públicas da Secretaria de Esporte, disponível no Portal da Transparência do Distrito Federal, para perceber tanto o que foi planejado ser gasto, quanto o que efetivamente foi gasto com a política esportiva do Distrito Federal no período. Para que os dados sejam tratados, algumas categorias de análise foram importantes: o direito ao esporte, as dimensões do esporte, o planejamento da política esportiva e o direcionamento dos gastos.

Sistematizamos o texto da seguinte maneira, de início discutiremos alguns conceitos, como: as políticas públicas, os direitos, a cidadania, o esporte como direito social, a necessidade de políticas públicas para o esporte e as diferentes dimensões do esporte. Em seguida, apresentaremos o planejamento da política esportiva no PPA – 2008/2011, logo após, faremos o cotejamento daquilo que foi planejado, com o que foi gasto (executado) na política de esporte do Distrito Federal.

## POLÍTICA PÚBLICA, DIREITOS E CIDADANIA

De início é preciso apontar que o termo política tem dois significados: um em sentido mais geral que se refere a temas clássicos da política (eleição, voto, partido, parlamento e governo) e outro mais recente e restrito que está relacionado a ação do Estado no atendimento das necessidades sociais (PEREIRA, 2009). Tomaremos por base nas discussões este último, porém, temos claro que o conceito mais geral influencia e é influenciado pelo conceito recente e restrito, estabelecendo uma relação dialética.

O conceito recente e restrito de política tem a conotação de política pública, entretanto não pode ser entendida exclusivamente como referência ao Estado já que o público nesse

sentido se configura como coisa pública, sendo de todos e para todos. A política pública é “[...] a ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.” (PEREIRA, 2009, p. 94). A “Política pública expressa, assim, a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos.” (PEREIRA, 2008, p. 174). Por esse viés, não é apenas o Estado que realiza políticas públicas, por isso é importante o controle democrático.

As políticas públicas devem ter como foco a realização dos direitos sociais. Isso é ratificado por Pereira (2008, p. 102, grifos do autor), ao apresentar que “Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os *direitos sociais*, que se guiam pelo o princípio da *igualdade*, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais – que se guiam pelo princípio da *liberdade*.” (PEREIRA, 2008, p. 102, grifos do autor).

A este entendimento de direitos, está associada a compreensão de cidadania, pois esta é fruto de um desenvolvimento sócio-histórico que “[...] não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.” (COUTINHO, 2005, p. 2).

A concretização da cidadania se vincula intrinsecamente aos diferentes elementos dos direitos. Assim, direitos individuais e sociais estabelecem uma relação dialética. “[...] a cidadania acabou por constituir uma fusão entre os direitos individuais e sociais, em que os direitos civis constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos e sociais, ao mesmo tempo em que são fortalecidos por eles.” (PEREIRA, 2008, p. 106).

É preciso ter claro que a luta pelos direitos é resultado de uma histórica batalha social que se caracteriza por uma relação entre concessão e conquista, haja visto que no tempo de longa duração resultou na incorporação de direitos a legislação.

## O DIREITO AO ESPORTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação ao esporte no Estado brasileiro, Castellani Filho (2007, p. 3) nos diz que “[...] a presença do Estado brasileiro nas questões do esporte é incontestável e pode ser constatada na própria história da organização social e política do país”. Ele aponta que desde os anos 1940, há documentos buscando disciplinar o esporte no Brasil, mostrando que havia interesses economicistas e politicistas (CASTELLANI FILHO, 2007). Já na década de 1990,

nos documentos legais estabelecidos, havia conflitos entre os liberalizantes e os conservadores (CASTELLANI FILHO, 2007).

Na contramão destas políticas para esporte brasileiro, temos o lazer como um dos direitos sociais na Constituição de 1988. O lazer tem o esporte como um de seus conteúdos, assim, ele também é um direito social na dimensão do esporte-participação, uma vez que o próprio texto constitucional utiliza a diferenciação de esporte cunhada por Tubino (1992), a saber, esporte-educação, esporte-performance ou de rendimento e esporte-participação ou popular<sup>1</sup>.

Em relação ao esporte como direitos social, há uma contradição, pois a luta por ele não corresponde a uma luta histórica da classe trabalhadora, sendo diferente do que aconteceu com outros direitos. Isso se dá porque os trabalhadores lutam pela redução do tempo de trabalho, mas não reivindicam práticas de lazer, ou mesmo de esporte. Destarte, torna-se um desafio ainda maior pensar na concretização do direito ao esporte.

Em contrapartida ao entendimento do esporte como direito social, no artigo 217 da referida Constituição, o esporte é apresentado não como direito social, mas como direito individual. Nesse sentido, o Estado se exime da responsabilidade de intervir diretamente sobre o esporte colocando esta responsabilidade sobre os indivíduos, ou seja, o Estado deve fomentar, mas não tem a obrigação de garantir o acesso. Além disso, é apresentado que a prioridade dos recursos públicos é para o esporte educacional, podendo em casos específicos ir para o esporte de alto rendimento (BRASIL, 1988). Também no artigo supracitado, é apontado que o poder público deve incentivar o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Já no artigo 24, o esporte juntamente com a educação, cultura e ensino é apresentado numa perspectiva descentralizada, ou seja, em que União, Estados, Municípios e Distrito Federal podem legislar sobre ele. Entretanto, o que tem se visto é a descentralização em direção ao “terceiro setor”<sup>2</sup>.

Bonalume (2010, p. 59) faz uma indagação ao tratar do direito ao esporte e lazer que nos parece muito pertinente: “Se os direitos ao esporte e ao lazer estão contidos, inclusive no

---

<sup>1</sup> O *Esporte-educação* é aquele que tem como conteúdo um fundamento educativo, presente sobretudo na escola; o *Esporte-participação* ou *esporte popular* é aquele que está circunscrito no tempo livre (lazer), estando relacionado ao prazer e ao bem estar; e o *Esporte-performance* ou de rendimento é praticado por um seletivo grupo (os talentos esportivos), não estando relacionado aos preceitos democráticos, é ele que possibilita os espetáculos esportivos (TUBINO, 1992).

<sup>2</sup> Esta discussão pode ser vista com profundidade em Melo (2004).

texto constitucional, por que continuam sendo negligenciados?”. Para além deste questionamento, ela aponta algumas causas para essa negligência:

- a. a falta de consciência desses direitos;
- b. a responsabilidade individual e/ou coletiva insuficiente, no cenário social para garantia dos mesmos;
- c. exclusão de muitos das vivências de esporte e lazer, frequentemente gerada pela própria hierarquização das necessidades básicas do ser humano;
- d. falta de programas, espaços e equipamentos para que a população vivencie o esporte e o lazer;
- e. pouca qualificação da gestão para o desenvolvimento de ações qualificadas, participativas, integradas e transparentes;
- f. falta de um sistema nacional que estabeleça pactos, adesões, articulações entre gestores, que atuam em diferentes âmbitos, com competências e papéis definidos, formação adequada e elevação da qualidade das ações; e
- g. falta de financiamento para prover a viabilização das ações de esporte e de lazer, com equidade entre as diversas necessidades e interesses. (BONALUME, 2010, p. 59).

Temos clara a importância que o direito social ao esporte seja concretizado por meio de políticas públicas, decerto que “[...] a luta pela existência de políticas públicas de esportes e lazer com acesso universal a toda produção cultural da humanidade se apresenta como importante bandeira democrática.” (MELO, 2004, p. 120). Pois, “Inegavelmente, os esportes e as artes possibilitam novas formas de relação com o mundo, sendo tais manifestações parte integrante de um projeto de melhorias das condições gerais de vida” (MELO, 2005, p. 80). Assim, Castellani Filho (2007, p. 4) enriquece esse argumento dizendo que identifica o esporte como “[...] parte integrante do patrimônio cultural da humanidade e, como tal, passível – por direito – de ser por ela apreendido”.

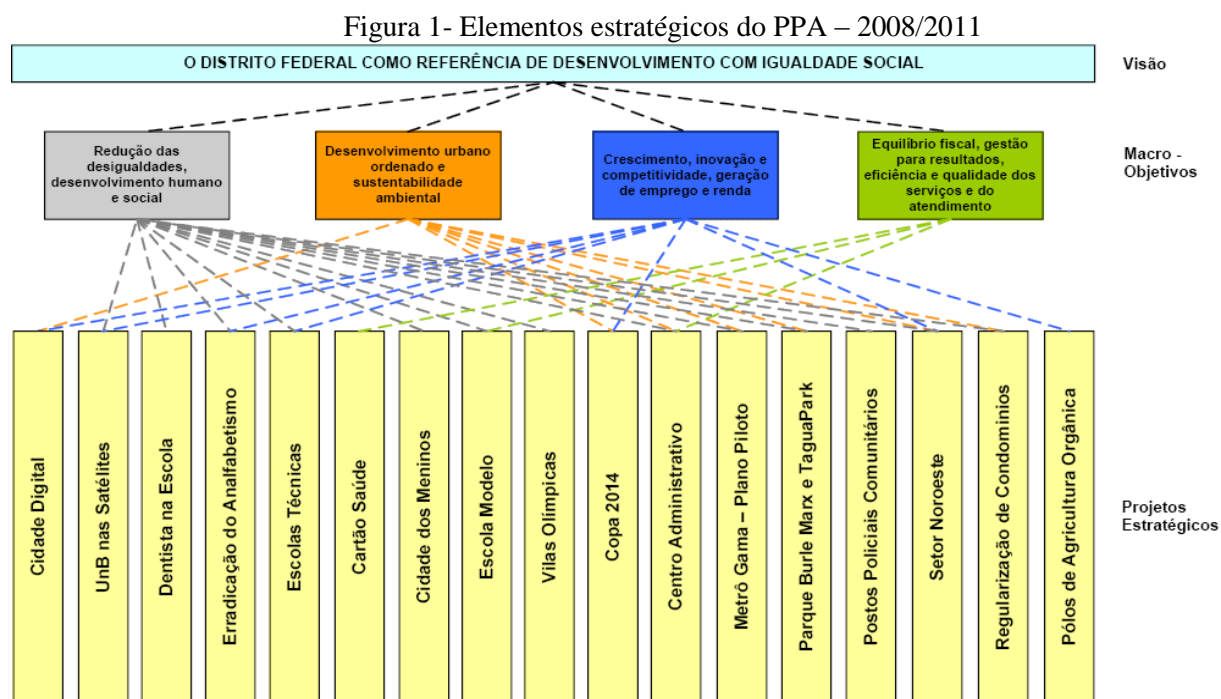
Melo (2004), aponta que há grande vinculação do direito ao esporte com a cidadania, sendo aquele elemento fundamental para a concretização desta, todavia, se fazem necessários outros elementos atrelados aos direitos individuais (civis e políticos) e sociais. Ou seja, sozinho o esporte não promove e não garante a cidadania.

A partir destas reflexões sobre as diferentes dimensões do esporte, as controvérsias do esporte como um direito social e a necessidade de políticas de públicas, passaremos para discussão do planejamento da política esportiva do Distrito Federal no PPA – 2008/2011.

## O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA ESPORTIVA NO DISTRITO FEDERAL NO PPA – 2008/2011

Para analisar o planejamento esportivo do Distrito Federal, tivemos como base o PPA – 2008/2011, pois apresenta globalmente o planejamento de todas as políticas públicas do Distrito Federal, sendo a política de esporte uma delas. Deste modo, analisaremos a lei distrital nº 4007, de 20 de agosto de 2007, que versa sobre PPA – 2008/2011.

É apontado que para haver o cumprimento dos objetivos e metas definidas, foram previstos recursos no montante de R\$ 45,1 bilhões ao longo dos 4 anos (DISTRITO FEDERAL, 2007). O PPA – 2008/2011, globalmente foi estruturado apresentando visão, macro objetivos, diretrizes gerais e projetos estratégicos. Estes elementos podem visualizados na figura 1.



Fonte: Distrito Federal (2007, p. 3)  
Autor: Distrito Federal (2007)

Como pode ser percebido, são apresentados dois projetos estratégicos ligados ao campo esportivo, ou seja, o projeto Vilas Olímpicas que pretendia construir 20 centros poliesportivos nas cidades satélites destinadas à prática desportiva e à atividade física, criando espaços de convivência esportiva, educacional e social; e o projeto Copa 2014 que visava reformar os Estádios “Mané Garrincha”, “Bezerrão” e “Serjão”, bem como modernizar o sistema de comunicação, transporte e hospedagem, de acordo com os padrões da FIFA



(Federação Internacional de Futebol), para que o Distrito Federal esteja preparado para receber grandes eventos esportivos (DISTRITO FEDERAL, 2007)

No PPA – 2008/2011, são apresentados dois programas relacionados diretamente a política de esporte (DISTRITO FEDERAL, 2007), são eles:

- *Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro*: em que o objetivo é estimular o esporte apoiando principalmente os jovens, além dos atletas profissionais e amadores. Ele é um programa finalístico, contínuo ao longo do 4 anos e o público alvo é a população jovem carente. Foram estabelecidos dois indicadores: número de bolsas e atletas federados atendidos (sendo o número esperado de 200 bolsas a cada ano) e número de crianças e adolescentes atendido (em que o número esperado é de 15.000 anual).
- *Esporte: mente e corpo em equilíbrio*: o objetivo é definir, executar e implementar as políticas públicas e a infraestrutura nas áreas do esporte amador, lazer e recreação. Ele também é um programa finalístico, contínuo ao longo dos 4 anos e o público alvo é a população do Distrito Federal. É apresentado apenas o indicador número de apoio a eventos esportivos de diversas modalidades, em que para cada ano é previsto apoiar 50 eventos esportivos.

Os indicadores sofreram modificações a partir do decreto nº 29.933, de 02 de Janeiro de 2009. Como pode ser percebido, na tabela 1, houve mudanças profundas nos indicadores apresentados em 2007 e estes de 2009. Pois, no primeiro momento o programa “Juventude e esporte de mãos dadas com o futuro”, tinha a visão de desenvolver ações para atletas e crianças/adolescentes, já no segundo, o foco seriam os atletas e os eventos esportivos. Assim, se direcionou para atuar, sobretudo, com o esporte na dimensão do rendimento, sendo que antes também havia a perspectiva do esporte-participação.

Tabela 1 - Alteração dos indicadores dos programas esportivos

Programa	Indicadores	2008	2009	2010	2011
Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro	Atletas federados atendidos	107	146	200	300
	Atletas assistidos	680	900	1200	1500
	Eventos esportivos apoiados	100	100	150	200
Esporte: mente e corpo em equilíbrio	Pessoas atendidas nas escolinhas de atividades esportivas	4876	6200	7700	12000
	Pessoas atendidas nas Vilas Olímpicas	0	20000	40000	40000

Fonte: Distrito Federal (2009)

Autor: Próprio autor do trabalho

Já no que tange ao programa “Esporte: mente e corpo em equilíbrio”, nos indicadores é retirado o apoio a eventos esportivos, que está pautado no esporte de rendimento. Sendo que o foco passa a ser o esporte-participação, ou seja, com as atividades nas escolinhas de atividades esportivas e nas Vilas Olímpicas.

No PPA – 2008/2011 são apresentados nove ações ligadas ao programa “Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro”, elas são apresentadas abaixo, na tabela 2, juntamente com o produto de cada uma delas e o resultado anual previsto.

Tabela 2 - Ações vinculadas ao programa “Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro” no PPA – 2008/2011

<b>Ações, projetos, atividades e operações especiais</b>	<b>Produto</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Promoção de atividades desportivas	Evento promovido (un)	473	437	432	434
Construção de centro desportivo no centro de ensino médio nº 2 Gama	Prédio construído (m <sup>2</sup> )	500	500	500	500
Apoio a projetos esportivos	Projeto apoiado (un)	6	9	12	15
Apoio ao funcionamento de núcleos recreativos de esporte e lazer (criança e adolescente)	Criança e adolescente assistido (pessoa)	10	0	0	0
Apoio ao funcionamento de núcleos recreativos de esporte e lazer	Pessoa assistida (pessoa)	5000	15000	5000	5000
Apoio ao esporte, educação física e lazer	Evento apoiado (un)	6	6	7	7
Apoio ao desporto amador	Evento apoiado (un)	524	529	534	539
Concessão de bolsa atleta	Bolsa concedida (un)	150	170	190	250
Incentivo a participação de atletas do DF em competições nacionais e internacionais	Atleta assistido (un)	15	16	17	19

Fonte: Distrito Federal (2007)

Autor: Próprio autor do trabalho

Analisando as ações a partir das três dimensões do esporte, podemos perceber aquelas vinculadas ao esporte-participação (apoio a projetos esportivos; apoio ao funcionamento de núcleos recreativos de esporte e lazer; e apoio ao esporte, educação física e lazer) e ao esporte de rendimento (promoção de atividades desportivas, apoio ao desporto amador, concessão de bolsa atleta e incentivo a participação de atletas do DF em competições nacionais e internacionais). Assim, as ações do programa “Juventude e esporte de mãos dadas com o futuro”, cumpre o objetivo que foi proposto para o mesmo.

Já em relação ao programa “Esporte: mente e corpo em equilíbrio”, no PPA –



2008/2011, são apresentados trinta e cinco ações, sendo que 29 delas estão relacionadas a construção, reforma ou manutenção de equipamentos esportivos (quodras, ginásios, estádios, etc.) (DISTRITO FEDERAL, 2007). Das outras quatro ações, três são vinculadas a promoção de atividades desportivas (eventos) e a outra é de apoio ao esporte, educação física e lazer.

Como já foi apresenta acima e é ratificado com estes dados das ações deste programa, ele buscou desenvolver ações pautadas sobretudo na infraestrutura esportiva, ou seja, construir, reformar e manter equipamentos esportivos. Sendo que ao verificar cada ações, elas estão articuladas tanto a dimensão do esporte de rendimento, como de esporte-participação.

Ainda discutindo sobre as ações de cada programa, no PPA – 2008/2011 é apresentado o valor gasto com cada uma delas, no entanto apresentamos abaixo o total previsto a ser gasto com cada um dos dois programas citados acima.

Tabela 3 - Previsão do gasto com os programas esportivos no PPA – 2008/2011<sup>3</sup>

<b>Programa/ano</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro	R\$ 12.717.351,75	R\$ 15.253.449,74	R\$ 16.082.165,82	R\$ 16.754.048,70
Esporte: mente e corpo em equilíbrio	R\$ 68.761.641,31	R\$ 131.979.123,53	R\$ 143.172.015,65	R\$ 62.715.867,26
<b>Total</b>	R\$ 81.478.993,07	R\$ 147.232.573,27	R\$ 159.254.181,47	R\$ 79.469.915,95

Fonte: Distrito Federal (2007)

Autor: Próprio autor do trabalho

Como podemos perceber, há priorização do programa “Esporte: mente e corpo em equilíbrio”, em detrimento do programa “Juventude e esportes de mãos dadas com o futuro”. Um dos elementos que nos levam a pensar nesta diferença gritante é que enquanto primeiro está mais relacionado a construção e manutenção de equipamentos esportivos, o que demanda um grande gastos; o segundo está mais focado no apoio a projetos esportivos e a atletas, o que demandaria um gasto menor. Sendo que ambos os programas estão associados às dimensões do esporte-participação e esporte de rendimento.

Na lei nº 4.495, de 04 de Agosto de 2010, foi realizada uma alteração no programa “Esporte: corpo e mente em equilíbrio”, em que foi incluída uma ação para os anos de 2010 e 2011, ou seja, a reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha

<sup>3</sup> Todos os dados apresentados em tabelas e gráficos, estão deflacionados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, a valores de 2012.

(Copa 2014). Para esta ação, o gasto previsto em 2010 foi de R\$ 80.000.000 e em 2011 foi de R\$ 500.000.000 (Distrito Federal, 2010).

Esta alteração na legislação chama atenção, pois no PPA – 2008/2011 não é apresentado uma ação específica para reforma do Estádio Mané Garrincha, sendo que mesma aparece somente com essa mudança. Outra questão instigante é que o gasto com a reforma do estádio será de R\$ 580.000.000 (dado sem deflacionamento), entretanto o valor previsto a ser gasto com os dois programas esportivos, ao longo dos 4 anos, será de R\$ 467.435.663,76. Ou seja, a reforma de estádio vale mais que as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria de esporte em 4 anos. Assim, podemos perceber o foco da política esportiva sobre a dimensão do esporte de rendimento.

## O GASTO COM ESPORTE NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2008-2012

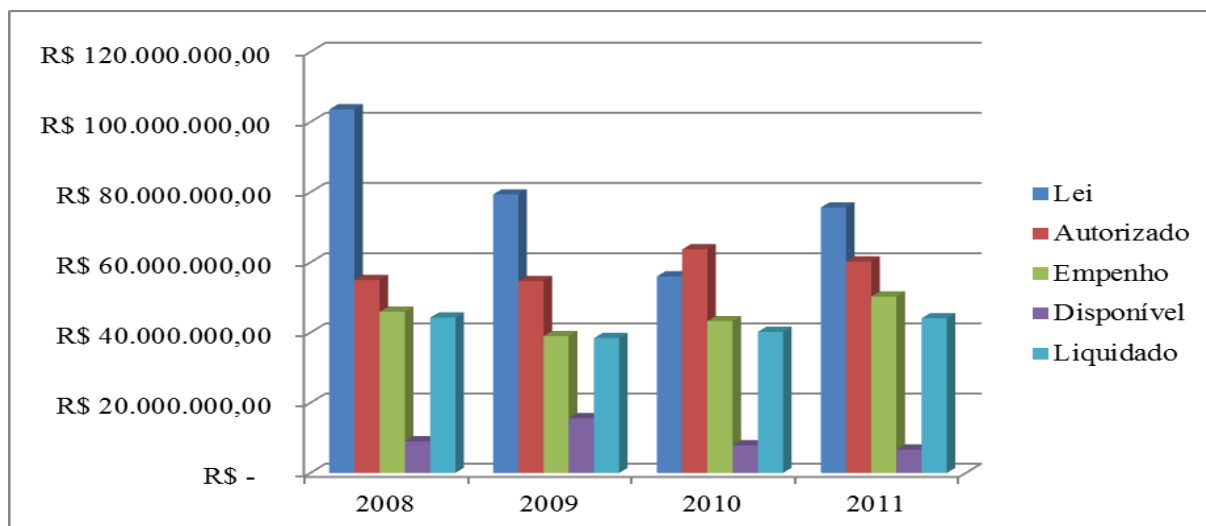
A partir da discussão realizada sobre o planejamento público das ações governamentais, buscaremos analisar o gasto público com esporte no Distrito Federal. São discutidos dados de 2008 a 2011, pois 2008 é o primeiro ano de realização do PPA – 2008/2011.

Um primeiro dado importante para perceber o gasto com esporte pela Secretaria de Esporte do Distrito Federal é a execução orçamentária. No gráfico 1, apresentamos a execução orçamentária da Secretaria de Esporte no período 2008-2011.

Como pode ser percebido, o ano que na lei estava previsto mais gasto foi em 2008, sendo que também ganha destaque 2009 e 2011. Já em relação ao autorizado, não há grandes diferenças entre os 4 anos, no entanto chama atenção que em 2010, o autorizado foi maior que o valor presente enquanto lei. Também não há grandes diferenças entre os 4 anos do que foi empenhado, sendo que há um leve destaque para o empenho em 2011. Em relação ao disponível, 2009 foi o ano com maior valor. Em relação ao liquidado, o gasto ficou em torno de 40 milhões de reais de 2008 a 2011.

Nos chama atenção que em todos os anos, o que foi autorizado teve valor maior do que o que foi empenhado e este foi maior do que o liquidado. No entanto, podemos perceber que em todos os anos a diferença entre o empenho e liquidado não foi muito grande, mostrando assim que o gasto com esporte tem se efetivado. Mas, ao olharmos para o que está na lei e o que foi liquidado, percebemos que na maioria dos anos há discrepâncias, isso se constitui em um limite da execução orçamentária do Distrito Federal no que tange ao esporte.

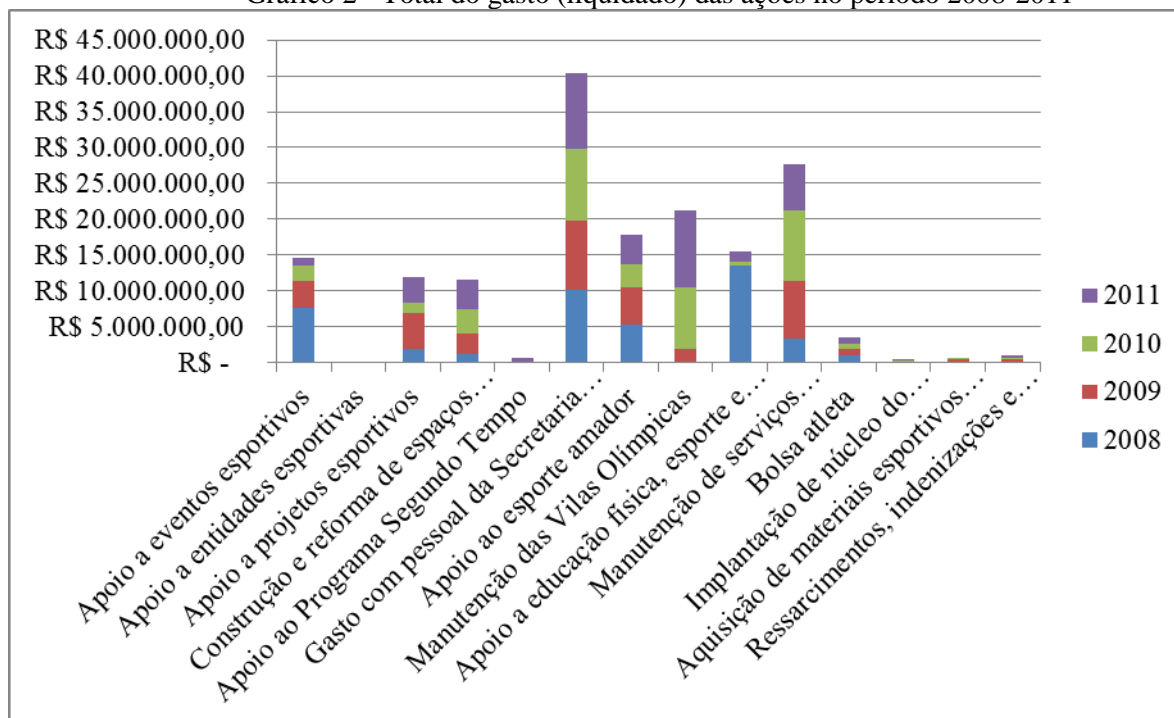
Gráfico 1 - Execução orçamentária da Secretaria de Esporte de 2008-2011



Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal (2012)  
 Autor: Próprio autor do trabalho

Após analisar de maneira mais geral a execução orçamentária da Secretaria de Esporte do Distrito Federal, avaliaremos o gasto (liquidado) com cada uma das ações ao longo do período de 2008 a 2011. Assim, apresentamos no gráfico 2, o gasto (liquidado) com cada uma das ações.

Gráfico 2 - Total do gasto (liquidado) das ações no período 2008-2011



Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal (2012)  
 Autor: Próprio autor do trabalho

Analisando o gráfico 2, é possível identificar que a única ação que está presente no detalhamento das despesas com esporte, todavia não apresenta valores efetivamente gastos (liquidado), foi ação de apoio a entidades esportivas. Houve uma ação que teve gasto liquidado apenas em um dos anos (apoio ao Programa Segundo Tempo).

Ainda com o gráfico 2, podemos ver que a ação que teve maior valor liquidado, neste período de 4 anos, foi de gasto com pessoal da Secretaria de Esporte, sendo que a média de gasto anual foi de cerca de 10 milhões de reais, mantendo grande regularidade. A segunda ação com maior gasto liquidado foi de manutenção de serviços administrativos diversos, totalizando no período cerca de R\$ 27,7 milhões gastos.

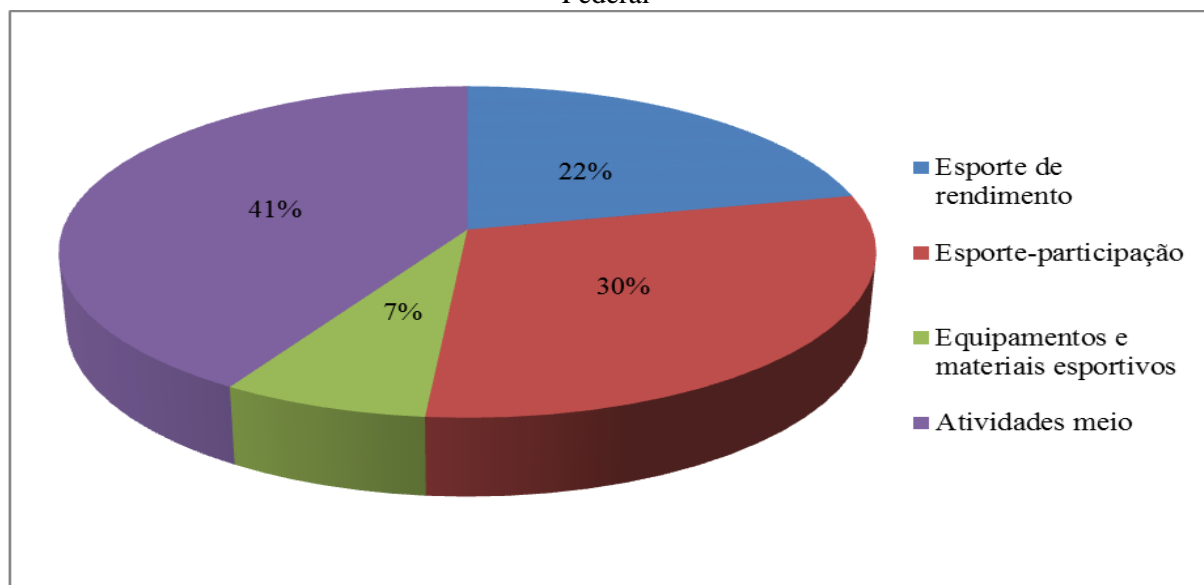
Já, a terceira ação com maior gasto no período foi de manutenção das Vilas Olímpicas que só apareceu em 2009 e que teve gasto próximo de 21,3 milhões de reais, somando os 4 anos, sendo que há crescimento gradativo com esta ação. Pudemos ver que as Vilas Olímpicas no PPA – 2008/2011 estavam presentes como um dos projetos estratégicos, tendo tido indicadores priorizados com a alteração do PPA em 2009 (DISTRITO FEDERAL, 2009). Assim, este projeto estratégico se efetivou como a ação fim, presente na execução orçamentária, com maior gasto.

Nesta análise preliminar, podemos perceber que o maior volume de gastos liquidados, está associado as ações meio – como no caso da 1º e da 2º ações com mais volume de gastos – sendo importante que o gasto com as várias políticas devem priorizar as ações fins. Deste modo, seria necessário repensar a estrutura administrativa da Secretaria de Esporte, para o dinheiro público chegar às pontas, ou seja, no usufruto do direito ao esporte.

É interessante perceber que algumas ações foram deixando de ser priorizadas ao longo do período 2008-2011, como é caso de apoio a eventos esportivos e apoio a educação física, esporte e lazer, que em 2008 tiveram gasto liquidado correspondente a 17% e 31%, respectivamente, na execução orçamentária daquele ano. Entretanto, em 2011, o gasto com cada uma destas duas ações, correspondeu a apenas 3% do liquidado.

Seguindo ainda a direção de perceber as rupturas e continuidades da política de esporte no Distrito Federal, a partir do que está presente no detalhamento de gastos do esporte, apresentamos mais elementos para esta discussão a partir de dados que mostram o direcionamento percentual do gasto com as ações fins e meio, relacionando também com as dimensões do esporte.

Gráfico 3: Direcionamento do total de gasto com esporte no período 2008-2011 no Distrito Federal<sup>4</sup>



Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal (2012)

Autor: Próprio autor do trabalho

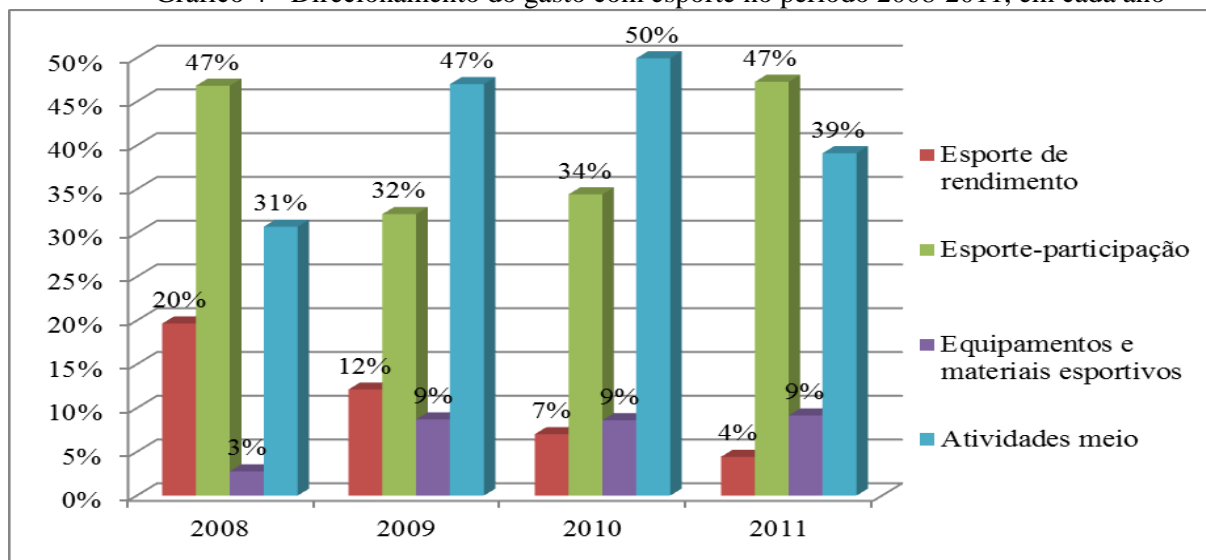
Como já demonstramos em outro momento, o maior gasto com esporte no período 2008-2011 foi com atividades meio (41%), podemos considerar que equipamentos e materiais esportivos sejam atividades meio, devido a necessidade de animá-los. Assim, apenas 52% dos recursos financeiros, chegam de fato às ações que fazem com que o direito ao esporte seja concretizado. Uma questão importante é que não apareceram ações vinculadas à dimensão do esporte-educação, isso se deve ao fato de que no Distrito Federal, esta dimensão é responsabilidade da Secretaria de Educação.

Buscando detalhar estes dados sobre o direcionamento dos gastos com esporte no período 2008-2011, apresentamos o encaminhamento do gasto em cada ano, no gráfico 4. Olhando para as especificidades de cada ano, podemos identificar que em 2008, o maior gasto foi com as atividades fins, ou seja, 67%; sendo que se destaca o gasto com o esporte de participação, assim como o gasto de 31% com atividade meio. Já em 2009 há uma mudança drástica, pois o maior gasto foi com atividade meio (47%), enquanto as atividades fins têm menos de 50% do liquidado, ou melhor, 44%. Este panorama não muda muito em 2010. Em

<sup>4</sup> A partir das ações identificadas na execução orçamentária, colocamos cada uma delas em um elemento que o gasto foi direcionado. Desta forma, consideramos como esporte de rendimento, as ações: apoio a eventos esportivos, apoio a entidades esportivas, bolsa atleta e apoio ao esporte amador. Como esporte-participação: apoio ao Programa Segundo Tempo, manutenção das Vilas Olímpicas, implantação de núcleo do PRONASCI, apoio a projetos esportivos e apoio a educação física, esporte e lazer. Já como equipamentos e materiais: construção e reforma de espaços esportivos e aquisição de materiais esportivos e educativos. Já como atividade meio, o gasto com: pessoal da Secretaria de Esporte, manutenção de serviços administrativos gerais e ressarcimentos, indenizações e restituições.

2011, novamente o gasto com o esporte de participação ganha espaço, ficando com 47% do liquidado, enquanto as atividades meio ficaram com 39% do gasto.

Gráfico 4 - Direcionamento do gasto com esporte no período 2008-2011, em cada ano



Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal (2012)

Autor: Próprio autor do trabalho

Outras questões nos chamam atenção, o gasto com equipamentos e materiais esportivos teve certa regularidade, sobretudo em de 2009-2011, ficando em 9%. Além disso, o gasto com esporte de rendimento foi gradativamente sendo diminuído, pois em 2008, correspondia a 20% do gasto liquidado, já em 2011, foi de apenas 4%. Isso é um avanço, pois o esporte-participação é aquele garante, juntamente com o esporte-educação, a efetivação do direito ao esporte, pois permite a participação de todos. Entretanto, o esporte de rendimento é seletivo, fazendo com que apenas parte da população tenha acesso a ele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser percebido, o direito ao esporte é um elemento importante para concretização da cidadania. No entanto, para haver efetivação dele, são necessárias políticas públicas, ou seja, ações, projetos e programas que intervenham sobre aquele direito.

Assim, no planejamento da política esportiva do Distrito Federal no período 2008-2011, são apresentados dois projetos estratégicos: Copa 2014 e Vilas Olímpicas. Além disso, há dois programas relacionados a Secretaria de esporte, “Juventude e esporte de mãos dadas com o futuro” e “Esporte: mente e corpo em equilíbrio”. Estes programas foram sendo remodelados ao longo do período, sobretudo buscando atender ao esporte de rendimento, pois



o volume de gasto previsto para a reforma do Estádio Mané Garrincha, foi maior que aquele previsto para os 4 anos com as demais ações.

Já no que tange a execução orçamentária da política esportiva, pode ser percebido que ainda há limites entre aquilo que está na lei e o que é efetivamente gasto (liquidado). Além disso, um dado alarmante é que o gasto com as atividades meio, foi muito grande ao longo dos 4 anos, se aproximando de metade daquilo que foi gasto com a política esportiva no Distrito Federal.

Em relação as dimensões do esporte, a política esportiva tem priorizado o gasto com o esporte-participação, em detrimento do esporte de rendimento. Isso é um avanço, pois o esporte-participação é a dimensão que possibilita o acesso ao esporte como um direito social de todos, pois no esporte de rendimento apenas um seleto grupo participa.

Destarte, tanto no planejamento, quanto na execução (gasto) da política esportiva do Distrito Federal, há limite e possibilidades na concretização dos direitos ao esporte. O maior limite encontrado é o grande volume de recursos gasto com as atividades fins, já a maior possibilidade é a priorização do gasto com a dimensão do esporte-participação. A partir disso, esperamos que nos próximos ciclos da política esportiva no Distrito Federal, possam ser resolvidos os limites apontados e que as possibilidades sejam potencializadas, fazendo com que o acesso ao esporte seja efetivado como um direito social no sentido de haver a democratização das práticas esportivas.

The right to sport in Federal District: between planned and executed

#### ABSTRACT

*This research aimed to understand the direction of the sports policy of the Federal District, from the different dimensions of sport, with a view to planning and to spend with the sport in the period 2008-2011, examining the possibility of its realization as a social right. It is characterized as qualitative, and a case study. As data collection technique was used documentary research, which examined: PPA - 2008/2011 and details of expenditure on sport. With the study were perceived limits and possibilities in the implementation of sports policy of the Federal District.*

**KEYWORDS:** *Politics sports; social right; planning and spending.*

El derecho al deporte en el Distrito Federal: entre planeada y ejecutada

#### RESUMEN

*Esta investigación tuvo como objetivo comprender el sentido de la política deportiva del Distrito Federal, a partir de las diferentes dimensiones del deporte, con miras a la planificación y el gasto en deporte en el período 2008-2011, el examen de la posibilidad de*

*su realización como un derecho social. Se caracteriza por ser cualitativa, y un estudio de caso. Como técnica de recolección de datos se utilizó la investigación documental, el cual examinó: PPA - 2008/2011 y los detalles de los gastos en materia de deporte. Con el estudio se consideran los límites y posibilidades en la aplicación de la política deportiva del Distrito Federal.*

*PALABRAS CLAVES: deportes política; derecho social; planificación y gasto.*

## REFERÊNCIAS

BONALUME, C. R. *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Brasília, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 12 Out. 2011.

CASTELLANI FILHO, L. O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: \_\_\_\_\_. *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 1-15.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dez 2005. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc](http://www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc). Acesso em: 10 Abr. 2012.

DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 4007*, de 20 de Agosto de 2007. Plano Plurianual – 2008/2011. Brasília, 2007. Disponível em:

[http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/01\\_PPA2008-2011-Lei4007\\_07.pdf](http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/01_PPA2008-2011-Lei4007_07.pdf). Acesso em: 05 Dez. 2012.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 29.933*, de 02 de Janeiro de 2009. Alteração dos indicadores do PPA – 2008/2011. Brasília, 2009. Disponível em:

[http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/09\\_PPA2008-2011-Decreto29933-09.pdf](http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/09_PPA2008-2011-Decreto29933-09.pdf). Acesso em: 05 Dez. 2012.

DISTRITO FEDERAL. *Lei nº 4.495*, de 04 de Agosto de 2010. Alteração do PPA – 2008/2011. Brasília, 2010. Disponível em:

[http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/11\\_Lei4495\\_10\\_AlteraPPA2008-2011.pdf](http://www.transparencia.df.gov.br/Planejamento%20Oramento%20%20PPA/11_Lei4495_10_AlteraPPA2008-2011.pdf). Acesso em: 05 Dez. 2012.

DISTRITO FEDERAL. *Portal da transparência do Distrito Federal*. Detalhamento de despesas. Brasília, 2012. Disponível em:

<http://www.transparencia.df.gov.br/SitePages/Despesas/QuadroDetalhamentoDespesa.aspx>.

Acesso em: 20 Out. 2012.

MELO, M. P. de. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento. *Movimento* (UFRGS, digital), Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, mai/ago 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2836/1449>. Acesso em: 13 Jun. 2012.

MELO, M. P. de. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005.

PEREIRA, P. A. P. Concepções e propostas de política social. In: \_\_\_\_\_. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 163-202.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. *et. al.* (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 87-108.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez, 1992. (Polêmicas do nosso tempo)